

## Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN – ASSIBGE-SN - CGTB - CNTSS – CONDSEF – CSPB - CSP/CONLUTAS – C.T.B – CUT - FASUBRA - FENAJUFE – FENAPRF – FENASPS – INTERSINDICAL - PROIFES – SINAIT – SINAL - SINASEFE – SINDCT - SINDIFISCO-Nacional – SINDIRECEITA – SINTBACEN – UNACON-Sindical

Numa jornada de resistência, servidore(a)s públicos, coordenado(a)s pelo FONASEFE, desenvolveram durante o ano de 2021 uma campanha sistemática contra a PEC 32, com o mote “Quem votar, não volta!”. Esta jornada de lutas foi determinante para que o presidente da Câmara de Deputados, Artur Lira, não conseguisse colocar a PEC 32 em votação no plenário da casa. Portanto, queremos que a equipe de transição do governo Lula-Alckimin se comprometa com a retirada e arquivamento de pauta da PEC 32, suspendendo e cancelando de vez toda a tramitação da mesma.

### 3. REVOGAÇÃO DA EC 103/2019

Queremos a revogação da Emenda Constitucional nº 103 de 2019 (EC 103/2019), que atingiu o Regime Próprio e Regime Geral de Previdência Social de uma só vez. Essa emenda, dentre outras medidas, introduz as seguintes modificações: desconstitucionaliza vários dispositivos remetendo ao executivo e legislativo novas mudanças na Previdência Social; altera de forma aviltante os critérios de acesso, valores e tempo de usufruto dos benefícios; extingue a aposentadoria por tempo de contribuição; centraliza o regime próprio e regime geral de previdência social através da criação da unidade gestora única (Decreto nº 10.620/2021); e cria barreiras de acesso ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS com as tecnologias e plataformas digitais. Tais modificações deixam evidentes as perspectivas de financeirização da Previdência Social Pública brasileira.

### 4. REVOGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016

Defendemos como fundamental revogar a Emenda Constitucional nº 95 de 2016 (EC 95/2016), instrumento que serve única e exclusivamente para dificultar que o Estado brasileiro atenda às necessidades do seu povo. Importante lembrar que tal mecanismo não existe em nenhum outro país do mundo.

Embora sinalize avanços por se tratar de PEC de transição, a proposta apresentada, que retira do teto de gastos apenas o Bolsa Família, é preocupante, pois, importantes investimentos em áreas sociais para atender ao povo mais necessitado do nosso país poderão ficar congelados, tais como: saúde, educação, moradia, assistência social, merenda escolar, direitos previdenciários, salários dos servidores públicos, etc.

Dessa forma, esperamos ser recebidos pela equipe da Comissão de Transição para apresentar nossa pauta de reivindicações, estabelecendo desde já um diálogo permanente com o governo eleito.

Saudações.

Fórum das Entidades Nacionais do Servidores Públicos Federais - FONASEFE



CARLOS DAVID DE CARVALHO LOBÃO

Representante do FONASEFE